



**LEI COMPLEMENTAR Nº 234, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012**

*Dispõe sobre acessibilidade de portadores de deficiência cadeirantes, a bares, restaurantes, lanchonetes, refeitórios, casa de eventos e estabelecimentos similares.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:**

**Nota:** Ver artigo 111 da Lei Complementar nº 014, de 29 de dezembro de 1992 e artigo 77 e seguintes da Lei Complementar nº 177, de 09 de janeiro de 2008.

**Art. 1º** Os bares, restaurantes, lanchonetes, refeitórios, casas de eventos e estabelecimentos similares, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação desta Lei, ficam obrigados a realizarem as seguintes adaptações em seus estabelecimentos para o livre acesso e uso de portadores de deficiência cadeirantes:

**I** - adaptação de todas as mesas ao acesso de portadores de deficiência cadeirantes, de modo que apresentem:

**a)** altura livre inferior entre 0,73 m (zero vírgula setenta e três metros) e 0,75 (zero vírgula setenta e cinco metros) do piso;

**b)** profundidade livre inferior mínima igual a 0,50m (zero vírgula cinquenta metros);

**c)** altura superior entre 0,75m (zero vírgula setenta e cinco metros) e 0,85 m (zero vírgula oitenta e cinco metros);

**d)** extensão de borda mínima de 0,80m (zero vírgula oitenta metros) para cada pessoa.

**II** - adaptação de todos os balcões de atendimento, auto-serviço e caixas para pagamento ao acesso de portadores de deficiência cadeirantes, de modo que apresentem as mesmas dimensões previstas para as mesas, à exceção da profundidade livre inferior, que deverá ser de no mínimo 0,30m (zero vírgula trinta metros);

**III** - distribuição de mobiliário, mesas e cadeiras de modo a respeitar rotas de acesso de portadores de deficiência cadeirantes, que deverão apresentar largura mínima de 0,90m (zero vírgula noventa metros) e áreas de manobra para rotação de 360º (trezentos e sessenta graus), com diâmetro de 1,50m (um vírgula cinquenta metros);

**IV** - edificação de rampas de acesso aos ambientes de patamares diversos, com

largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros) e inclinação máxima de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento);

**V** - edificação de corredores com larguras mínimas iguais a 0,90m (zero vírgula noventa metros), 1,20m (um vírgula vinte metros) e 1,50m (um vírgula cinquenta metros), respectivamente para aqueles com extensões de até 4m (quatro metros), até 10m (dez metros) e superior a 10m (dez metros);

**VI** - instalação de portas com vão livre mínimo de 0,80m (zero vírgula oitenta metros) e maçanetas do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90m (zero vírgula noventa metros) e 1,10m (um vírgula dez metros);

**VII** - edificação de sanitário acessível aos portadores de deficiência cadeirantes e seu acompanhante, com entrada independente, anexo aos demais sanitários, com barras de apoio ergonomicamente fixadas e bacia sanitária instalada em ponto que reserve áreas de manobras.

**§ 1º** Em alternativa à edificação de rampas de acesso a ambiente de patamares diversos, o estabelecimento pode optar pela instalação de elevadores adaptados e sinalizados para o uso de portadores de deficiência cadeirantes.

**§ 2º** Nas edificações onde a adequação de corredores aos parâmetros previstos seja impraticável, deverão ser criadas áreas de manobra para rotação de 360º (trezentos e sessenta graus), com diâmetro de 1,50m (um vírgula cinquenta metros).

**§ 3º** Até que as exigências deste artigo sejam previstas no Código de Posturas do Município de Goiânia como condição para concessão de Alvará de Localização e Funcionamento, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias será contado da data de arquivamento do ato constitutivo na Junta Comercial para estabelecimento que iniciarem suas atividades após publicação desta Lei.

**Art. 2º** O descumprimento das obrigações previstas no art. 1º, desta Lei, constitui infração punível com as seguintes sanções:

**I** - advertência por escrito, com fixação de prazo não superior a 30 (trinta) dias para o cumprimento das exigências legais, em caso de primeira notificação, mais multa de R\$532,05 (quinhentos e trinta e dois reais e cinco centavos), atualizada pela variação acumulada do INPC/IBGE, a partir de 1º de janeiro de 2001;

**II** - suspensão do alvará de localização e funcionamento até a regularização da situação, em caso de reincidência, mais multa de R\$ 1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), atualizada pela variação acumulada do INPC/IBGE, a partir de 1º de janeiro de 2001;

**III** - cassação definitiva de alvará de localização e funcionamento, em caso de segunda reincidência, mais multa de R\$ 2.128,20 (dois mil, cento e vinte e oito reais e vinte centavos), atualizada pela variação acumulada do INPC/IBGE, a partir de janeiro de 2001.

**Art. 3º** O produto das multas instituídas no art. 2º, desta Lei será revertido a um Fundo Especial destinado a atender as necessidades das pessoas portadoras de deficiência, a ser

criado por Lei específica.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

**Art. 5º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de novembro de 2012.**

**PAULO GARCIA**

**Prefeito de Goiânia**

**SAMUEL BELCHIOR**  
**Secretário do Governo Municipal**

**Allen Anderson Viana**  
**Darci Accorsi**  
**Dário Délio Campos**  
**Edmilson Divino dos Santos**  
**Elias Rassi Neto**  
**Fradique Machado de Miranda Dias**  
**Joaquim Thomaz Jaime**  
**Leodante Cardoso Neto**  
**Luiz Fernando Santana**  
**Lyvio Luciano Carneiro de Queiroz**  
**Neyde Aparecida da Silva**  
**Paulo Roberto Manoel Pereira**  
**Reginaldo Ferreira Melo**  
**Teresa Cristina Nascimento Sousa**  
**Wesley Batista da Silva**

**Este texto não substitui o publicado no DOM 5471 de 13/11/2012.**